



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SEU PASSADO TE CONDENA  
Reeleição dos Deputados Federais denunciados na  
“Operação Sanguessuga”**

**MARIA LUCIANA COSTA SANTOS SILVA**

**Maceió-AL, fev/2015**

**MARIA LUCIANA COSTA SANTOS SILVA**

**SEU PASSADO TE CONDENA**  
**Reeleição dos Deputados Federais denunciados na**  
**“Operação Sanguessuga”**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas-UFAL. Sob orientação do Prof. Dr. Ranulfo Paranhos

**Maceió-AL, fev/2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Monografia de autoria de Maria Luciana Costa Santos Silva, como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, aprovada em \_\_/\_\_/\_\_ pela banca Examinadora da Universidade Federal de Alagoas- UFAL, Instituto de Ciências Sociais- ICS, do curso de graduação em Ciências Sociais- licenciatura.

---

**Prof. Dr. Ranulfo Paranhos (Orientador)**  
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

---

**Prof. Dr. José Alexandre da Silva Júnior (Avaliador Interno)**  
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

---

**Prof. Dr. Diego de Freitas Rodrigues (Avaliador Externo)**  
Universidade Tiradentes - UNIT

## **AGRADECIMENTOS**

A conquista de algo que desejamos ,nos faz perceber que o trabalho foi direcionado no caminho certo, a conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais me tornou um ser com conhecimentos que me levam a compreender a estrutura social com uma ótica científica, me ajudando a trilhar novos caminhos com uma bagagem de conhecimento ampla, agradeço a todos os professores do curso, que se dispuseram a transmitir todo conhecimento adquirido, com o único intuito de fortalecer o conhecimento dos discentes da instituição, bem como a agradeço a todos meus colegas de turma que estiveram presentes durante toda a difícil trajetória de estudo, e em especial ao colega Willber Nascimento por sua contribuição e apoio desde a construção desse projeto, assim como a minha família que me acompanhou e me apoiou durante todo o período da graduação.

## RESUMO

Qual o impacto doo escândalo da “Operação Sanguessuga” nos resultados eleitorais de 2006 para os candidatos à reeleição para a Câmara dos Deputados? O objetivo deste trabalho é responder a essa questão, identificando se as eleições funcionam como mecanismo de *accountability* vertical. Metodologicamente utilizaremos técnica de estatística descritiva e Teste *t*, a fim de comparar os resultados eleitorais dos candidatos a Câmara dos Deputados, em função do seu envolvimento em escândalos de corrupção. Esse exercício fornece subsídios na identificação de uma possível punição eleitoral. Os dados aqui analisados foram coletados do banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para os pleitos de 2006-2010 e do banco de Dados da Polícia Federal (PF). Considerando as eleições de 2002, os partidos políticos que mais tiveram parlamentares envolvidos na Operação Sanguessugas foram PFL, PMDB e PL. Nos resultados desta pesquisa foi possível confirmar a frequência de candidatos que tentaram novo mandato nas eleições de 2006, mesmo estando envolvido em escândalos de corrupção. Podemos constatar que os candidatos “sanguessugas” foram punidos nas eleições de 2006, comprovado pelo teste de hipótese, é possível afirmar que os envolvidos em escândalos de corrupção os “sanguessugas” os que conseguiram se eleger em 2006 tiveram que dobrar as receitas de campanha para obter o mesmo padrão de votos da eleição de 2002.

**Palavras- chave:** Accountability vertical; Corrupção; Resultados Eleitorais; Deputados Federais.

## ABSTRACT

What impact do scandal of "Sanguessuga Operation" in the election results 2006 for incumbents to the House of Representatives? The objective of this work is to answer to this question, identifying if the elections function as vertical mechanism of accountability. Methodologically we will use technique of descriptive statistics and Test t, in order to compare the electoral results of the candidates the House of representatives, in function of its involvement in corruption scandals. This exercise supplies subsidies in the identification of a possible electoral punishment. The data analyzed here had been collected of the data base of the Electoral Superior Court (TSE) for the 2006-2010 lawsuits and of the data base of federal police (PF). Considering the 2002 elections, the political parties who had more had involved parliamentarians in the "leeches" Operation had been PFL, PMDB and PL. In the results of this research was possible to exactly confirm the frequency of candidates whom they had tried new mandate in the 2006 elections, being involved in corruption scandals. We can evidence that the candidates "leeches" had been punished in the 2006 elections, proven for the hypothesis test, are possible to affirm that involved in corruption scandals "leeches" the ones that had obtained to choose themselves in 2006 had had that to fold campaign prescriptions to the same get standard of votes of the 2002 election.

**Keywords:** Vertical accountability; corruption; Election Results; Deputies.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Frequência de parlamentares “sanguessugas” por unidades da federação. ....	35
Gráfico 2. Média de votos (2002) x Migrante (IC 95%).....	49
Gráfico 3. Média da Receita de Campanha 2002 Migrante (IC 95%) .....	49
Gráfico 4. Média da Receita de Campanha 2006 Migrante (IC 95%) .....	50
Gráfico 5. Média do valor médio do voto 2002 Migrante (IC 95%).....	50
Gráfico 6. Média do valor médio do voto 2006 Migrante (IC 95%).....	51
Gráfico 7. Média de votos (2006) x Migrante (dummy) (IC 95%).....	51
Gráfico 8. Média de Votos 2002 x Situação (IC 95%).....	52
Gráfico 9. Média de Votos 2006 x Situação (IC 95%).....	52
Gráfico 10. Média de Receita de Campanha 2002 x Situação (IC 95%) .....	53
Gráfico 11. Média de Receita de Campanha 2006 x Situação (IC 95%) .....	53
Gráfico 12. Média de Valor Médio do Voto 2002 x Situação (IC 95%).....	54
Gráfico 13. Média de Valor Médio do Voto 2006 x Situação (IC 95%).....	54

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Partidos Políticos dos "Sanguessugas"2002 .....	36
Tabela 2. Situação dos parlamentares "Sanguessugas" nas Eleições 2002 .....	37
Tabela 3. Distribuição de frequência de "sanguessugas" nas Eleições 2006 .....	38
Tabela 4. Migração Partidária dos Sanguessugas.....	38
Tabela 5. Migração partidária dos Sanguessugas- Partidos Politicos .....	39
Tabela 6. Migração partidária dos "sanguessugas" de 2002 para 2006 .....	40
Tabela 7. Medidas simétricas .....	41
Tabela 8. Estatística descritiva de votos e receita de campanha .....	41
Tabela 9. Resultados eleitorais dos "sanguessugas" em 2006.....	42
Tabela 10. Teste t para amostras emparelhadas Receita de campanha .....	43
Tabela 11. Teste t Amostras emparelhadas Votos.....	44
Tabela 12. Receita de campanha 2002/2006 por Eleito/Não eleito.....	44
Tabela 13. Votos 2002/2006 por Eleito/Não eleito .....	45



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

### **Siglas dos Partidos**

<b>PSB</b>	Partido Social Brasileiro
<b>PMN</b>	Partido da Mobilização Nacional
<b>PT do B</b>	Partido Trabalhista do Brasil
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro
<b>PRTB</b>	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
<b>PP</b>	Partido Progressista
<b>PR</b>	Partido da República
<b>PCdoB</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>PSC</b>	Partido Social Cristão
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>PRB</b>	Partido Republicano Brasileiro
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasil

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO I.....	12
1.1 <i>ACCOUNTABILITY</i> NA CIÊNCIA POLÍTICA .....	12
1.2 <i>ACCOUNTABILITY VERTICAL</i> .....	19
CAPÍTULO II .....	22
2.1 EQUACIONANDO O PROBLEMA - SISTEMA ELEITORAL E CONTROLE .....	22
2.2 SISTEMA ELEITORAL, ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO E <i>ACCOUNTABILITY</i> .....	25
CAPÍTULO III - METODOLOGIA E MÉTODOS.....	29
3.1 OBJETO DE ESTUDO – DEFININDO OS “SANGUESSUGAS” .....	29
3.2 METODOLOGIA E MÉTODOS.....	31
3.3 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS.....	33
CAPÍTULO IV - RESULTADOS .....	34
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS “SANGUESSUGAS” .....	34
4.2 TESTANDO AS HIPÓTESES.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46
ANEXOS.....	49

## INTRODUÇÃO

A *accountability* possui três divisões: a vertical, horizontal e societal. Dentre as três, a que pretendemos analisar é a que diz respeito a eficiência como mecanismo de controle dos gestores públicos, a *accountability* vertical, tendo como meio principal as eleições. Como o ponto crucial da *accountability* está relacionado a responsividade, o termo está ligado a recondução ou não dos gestores ao cargo público.

Na literatura é possível encontrar autores que analisam a *accountability* em sua gênese, outros se debruçam apenas no que se refere a responsabilização no meio político. No Brasil o termo é mais conhecido na área pública, onde as instituições democráticas são as principais executoras da *accountability*, o poder que uma determinada instituição detém sobre outra, está vinculado ao termo, no sentido horizontal, mas existe a necessidade dos gestores prestarem contas da administração, tendo como principal expectador o povo, nesse sentido o termo ganha conotação vertical, onde o cume da ação de *accountability* vertical prima pela as eleições como meio de controle.

Essa monografia tratará sobre assunto relacionado anteriormente em três capítulos, cujo primeiro capítulo prima por uma revisão teórica da qual podemos observar o ponto de vista de autores diversos em relação a *accountability* na ciência política, o segundo capítulo o enfoque será sobre o sistema eleitoral e controle, baseado em teorias de autores que estudam o tema e o terceiro capítulo teremos os gráficos com os resultados estatísticos, onde poderemos observar em números os resultados eleitorais de candidatos que foram condenados e voltaram a se candidatar a cargos públicos.

## Capítulo I

### 1.1 *ACCOUNTABILITY* NA CIÊNCIA POLÍTICA

Neste capítulo analisaremos o conceito de *accountability* na Ciência Política contemporânea, e como ele vem sendo discutido na literatura. Será feita uma análise a respeito de suas divisões, cujo enfoque principal recai sobre *accountability vertical*, uma vez que esse conceito está ligado ao tema principal dessa monografia, que visa elaborar um estudo sobre as eleições como mecanismo de fiscalização, ou seja, a *accountability vertical*, mas sem deixar de lado as discussões acerca das outras duas versões: *accountability* horizontal e social. Em termos mais técnicos, tentamos esclarecer o impacto dos escândalos de corrupção sobre os resultados eleitorais para candidatos a Câmara dos Deputados (2010).

Na literatura é possível encontrar diversos trabalhos acerca do tema *accountability* em diferentes abordagens, há autores que buscam uma interação maior com o tema em sua gênese (MIGUEL, 2000; PERUZZOTI e SMULOVITZ, 2001; YUNG, 2002; PINHO e SACRAMENTO, 2009), outros buscam associar o tema à realidade política dos modelos de democracia (MANIN, PRZEWORSKI, STOKES, 2006; ARATO 2002; AVRITZER, 1994).

Para a palavra *accountability* ainda não há uma tradução exata no vernáculo Português, no entanto o que os dicionários de língua inglesa nos dão como definição mais apropriada são conceitos como a responsabilidade da qual se deve prestar contas (Michaelis dicionário prático, 1988). Embora seja uma palavra pouco comum nos dicionários de Inglês, a palavra que origina o termo nas traduções encontradas como um todo, remete a um significado comum que é a ideia de responsabilização pessoal por atos praticados, dentro da área pública ou privada (GOMES, 2009). É possível afirmar a existência dessa palavra no dicionário inglês desde 1974, embora o termo não tenha aparecido no Brasil até o final do século XX, para os ingleses surge no final do século XVIII, supondo está ligado ao surgimento do capitalismo, com a emergência de uma forma de gerenciamento empresarial que venha romper com o modelo patrimonial de

gestão. Na sociedade brasileira os estudos voltados para o termo, estão ligados com mais frequência a administração pública.

O Estado liberal é o principal condutor de toda relação social. É ele que garante os direitos fundamentais do cidadão, como liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião entre outros (BOBBIO, 2000). O conceito de sociedade civil apresenta as condições básicas garantidas pelo Estado. Em Habermas esse conceito está voltado para a noção de “mundo da vida”, ligado a três elementos fundamentais: a cultura, a sociedade e a personalidade (VIEIRA, 2005). Na concepção de Arato e Cohen (1994), a sociedade civil, tem uma abrangência muito maior, possuindo também três elementos básicos: as tradições, a solidariedade e das identidades. Na percepção dos autores, corroborando Habermas, a sociedade civil seria parte do “mundo da vida”, a parte que consiste em assegurar as condições básicas de vida em sociedade. Independente dos arranjos das sociedades civis é indispensável que exista um órgão que garanta a existência de instituições que possam reproduzir as tradições culturais de integração e socialização, para que em forma de um conjunto possa garantir os direitos dos cidadãos (ARATO e COHEN, 1994).

Embora Avritzer (1994) considere a concepção de Cohen e Arato (1994) como uma limitação, no que se refere a relações econômicas e de Estado com a sociedade civil, ele considera que esta possui meios de fiscalização e controle garantidos através da constituição de órgãos responsáveis por mediação entre sociedade e Estado (VIEIRA, 2005). Em outros termos, por intermédio das instituições ocorreriam acordos e negociações de interesse da sociedade civil e do Estado. Estariam essas relações ligadas em primeiro momento ao campo econômico, que visa encontrar soluções para os desencontros que surgem dentro da esfera pública, com uma tentativa de solucionar as disputas por interação. Segundo Vieira, (2005) estabelecendo-se determinada estratégia de interação poderia tornar antiquado tal modelo defensivo de “mundo da vida” para abrir caminho a movimentos de cunho ofensivo contra a ocupação territorial. (VIEIRA, 2005)

Young (2002) defende que, mesmo o sistema de auto-organização da sociedade seja proeminente, à medida que surge uma rede de organização civil em uma larga escala, isso passa a ser algo significativo para o desenvolvimento da democracia. É possível perceber, na visão da autora, que a esfera pública é a arena onde os cidadãos podem atuar juntos com outros cidadãos, em defesa de seus interesses comuns, frente ao

Estado. Ou seja, para discussões de cunho social, expondo suas opiniões a fim de assegurar o bem comum, ainda que a expressão dessas opiniões sejam reflexos de anseios individuais (OLSON, 1965).

Mas o que isso tem a ver com *accountability*? Tudo. É possível constatar que a esfera pública torna-se umnexo entre povo e Estado, visto que se a esfera pública estiver organizada e com competência para desenvolver seu papel institucional, esse espaço será de “oposição e de *accountability*” (VIEIRA, 2005). De forma mais intuitiva, a autora defende a causa das classes menos favorecidas atuarem junto ao governo, impondo sua vontade. Essa perspectiva teórica aponta para a democracia baseada no tipo ideal, aonde os cidadãos viriam participar das discussões políticas em praça pública.

Para que haja representação política é indispensável que haja democracia e que essa seja legítima, desse modo o encontro entre povo e representação seria continuamente diminuído, sendo que o instrumento de negociação que faria esse encontro ocorrer seria a *accountability*, através das instituições representativas dos interessados. Em termos mais simples, as instituições seriam os órgãos responsáveis por fazer a mediação da relação entre o povo e o representante político. Se pudermos considerar a ideia de Vieira (2005), como algo pertinente, e que ao ser aplicado fosse possível diminuir a fragilidade que existe no campo de representação política, em favor da sociedade civil, então este seria um elemento de suma importância no que se refere a avanços no desenvolvimento do processo democrático.

Arato (2002) propõe um modelo ideal de *accountability* baseado na relação estreita entre representante e representado, seria a *accountability política*. Nesse modelo, a oposição ao governo seria a voz que levaria aos eleitores alguma alternativa no âmbito político em relação à insatisfação do povo com o representante público, para que sejam resolvidos os desarranjos de gestão do governo. Esse modelo sugerido seria executado sobre uma democracia deliberativa ou seria um instrumento para a construção dessa prática democrática, aumentando a participação da sociedade civil e da esfera pública no processo de *accountability*. Com acesso livre dos cidadãos em fóruns democráticos e instituições sociais, sendo considerados como partes importantes do núcleo de fiscalização e que posto em prática traria resultados positivos (VIEIRA, 2005).

Embora o modelo sugerido por Arato (2002) seja algo que colocado em prática surta efeitos positivos, o modelo de democracia no Brasil ainda está muito distante do tipo ideal. Ainda que tenhamos um modelo democrático relativamente desenvolvido e que muito se assemelha a idealização da democracia, se comparado com outros países, praticar a democracia deliberativa no Brasil nos dias de hoje ainda seria um desafio, se não uma impossibilidade. As controvérsias persistem, mas dizer que não possuímos modelo democrático ativo seria uma afirmação errônea, porque a democracia não é apenas um ato de governar, agrega certo grau evolutivo. Pensar a democracia sem pensar no tipo ideal é algo confuso, mas a Poliarquia pode ser um conceito de democracia possível a ser atingido. Na análise de Dahl (2005) a democratização foi um processo que se transformou ao longo da história por diversas vezes, uma destas transformações foi a de Hegemonias e Oligarquias competitivas em quase Poliarquias, tal processo de transformação ocorreu repetidamente no século XIX, as Poliarquias atingem o sufrágio universal, correspondendo a um conceito democrático possível, se tratando de pluralismo, o autor chama a atenção para a importância de todo País possuir unidades menores, porque um País democrático por menor que seja, existe nele a carência de múltiplas organizações, cabe incluir os governos municipais organizações e sindicatos, organizações independentes, ou seja, uma sociedade civil pluralista. Que determina um norte para os cidadãos no que se refere à tomada de decisões pelo governo, que possam de algum modo afetar a sociedade como um todo.

O elo que une eleições e representação política está na possibilidade de uma eleição direta, onde a população vota e escolhe seu representante político livremente. A partir do momento que a maioria escolhe um representante, indiretamente passa todo o seu poder de decisão para ele. O indivíduo na sociedade não tem como intervir de forma direta na administração/gestão pública, pois não possuem conhecimento suficiente para a tomada de decisão pública, sem contar que os custos de um processo para averiguação de contas de uma administração pública são altos, e exige a análise de profissionais com conhecimentos específicos na área. E quem vai pagar por essa conta? Ao escolher determinado representante, o cidadão escolherá alguém com quem mais se identifique. Escolher o representante público é um jogo que envolve confiança e desconfiança numa linha muito tênue, por que na medida em que se pode agradar também se pode desagradar como revela Arato (2002). Um pressuposto importante dos modelos

democráticos, quando consideramos a relação entre representante e representado, é o apresentado por Arato (2002), onde

(...) a condição normal da democracia representativa moderna é a desconfiança e não a confiança. Ainda assim, é um truísmo empírico, que exista realmente confiança nos líderes carismáticos e plebiscitários de partidos e governos (ARATO, 2002: p.89)

Confiar em líderes partidários pode muitas vezes ser um risco muito alto, mas como não existe alternativa eficiente para condução da tomada de decisão pública, a não ser escolher representantes através de eleições diretas. O que acontece é que a identificação com determinado político, consegue eliminar o distanciamento entre representante e representado, que chamamos de líder carismático. Segundo Arato (2002) depositar confiança em representantes que de certa forma nos façam lembrar atitudes diversas de nós mesmos é uma forma de identificação e de certa forma é o que faz com que o cidadão deposite sua confiança em um agente público.

Para Dahl (2001), o voto está ligado ao interesse do representado no controle do representante como forma de punição por atitudes corruptas no governo, do que mesmo ajudar a escolher representantes públicos. Baseado nesse contexto, os políticos evitam tomar decisões durante o período eleitoral, partindo do pressuposto que ficam isentos de compromissos eleitorais com representados. No aspecto governamental da sociedade contemporânea, uma vez eleito não significa que o representante vai cumprir uma agenda política de projetos divulgado na campanha eleitoral, será o representante que vai dizer se vai decidir por sua forma de governar, os cidadãos não tem autonomia pra mudar a decisão, mas podem acompanhar e analisar as políticas públicas que estão sendo implementadas, e podem denunciar junto às instituições responsáveis, se for o caso. Em outros termos, o controle sobre a tomada pública de decisão é possível de ser feito via *accountability horizontal*, ou seja, forçando através de denúncias, que instituições de controle exerçam seu papel.

Uma forma de fazer com que os representantes tenham interesse em comum com os representados, sem que seja por via de denúncias e envolvimento de instituições burocráticas, seria analisar o comportamento desses agentes públicos e puni-los com a não recondução ao cargo nas próximas eleições, caso a conduta seja duvidosa ou ineficiente. O contrário, a satisfação levaria o candidato à reeleição. Percebemos nesse



ponto que a *accountability* vertical é um meio capaz de limitar e coibir o comportamento de representantes políticos que tem interesse em reeleição (ARATO, 2002).

O'Donnell (1998), não descarta a forma eleitoral como punição ou premiação aos governantes, mas argumenta em favor do modelo horizontal de *accountability*:

a existência de agências estatais que o direito e o poder legal e que de fato dispostas e capacitadas para realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina a sanções legais ou até o impeachment que possam ser qualificadas como delituosas (O'DONNELL, 1998: 40).

Na visão do autor podemos compreender como ações delituosas passíveis de punição divididas em três pontos. A primeira está ligada a ações que venham cancelar o exercício democrático, como exemplo as fraudes eleitorais. A segunda está na esfera liberal, quando os indivíduos são privados de seus direitos, a exemplo de um julgamento justo, tendo seus direitos violados. Por fim, quando as autoridades agem em detrimento do interesse público para privilegiar o interesse privado (VIEIRA, 2005).

Carneiro e Costa (2001), quando abordam o tema *accountability*, consideram uma terceira possibilidade, a *accountability social*. Esse conceito do termo não está ligado necessariamente ao tipo de controle eleitoral, vão muito além dos meios tradicionais de investigação, utilizando ações de cunho jurídico, como denúncias, participações em conselhos entre outras. Segundo os autores, *Accountability social* não pode ser direcionada aos grupos de pressão ou de interesses próprios, que envolva ganhos materiais, mas sim com o comportamento de uma determinada autoridade pública (VIEIRA, 2005). Embora essa perspectiva tenha uma configuração um pouco distinta das demais formas de *accountability*, sendo um tipo de investigação onde está inserido o eleitor, o governo e a sociedade civil, dando conotação a movimentos sociais. Um forte exemplo disso no Brasil é que a partir dos anos 80 é possível perceber a participação de ONGs, movimentos sociais e organizações sociais inseridos nesse contexto. Na atualidade os movimentos sociais detém uma condição mais influente dentro dos órgãos do governo, se compararmos a três décadas atrás, os grupos étnicos buscam reconhecimento, querem estar inseridos no meio social e terem seus direitos reconhecidos perante ao governo e a sociedade, acontecimentos como esses citados acima se encaixam na *accountability social*, mas é importante perceber e saber

diferenciar quando as causas estão direcionadas a movimentos sociais e quando estão ligadas a meios materiais.

Para a pesquisadora Viviane Cubas (2009) a interpretação da *accountability*, permanece dentro do que já foi dito aqui anteriormente (prestação de contas do governante/gestor público), mas o seu fundamento principal está na argumentação sobre a crise que existe entre o governo e os anseios dos cidadãos, com atenção as leis. Na análise de Cubas a modalidade democrática da política contemporânea é compatível com a garantia de direitos, sendo esses os políticos e os sociais, a sociedade prima para que no ato do exercício do poder tais direitos sejam ampliados, visto que nesse caso a prestação de contas seja o decreto para que as políticas públicas venham ter efetividade dentro do previsto na lei, a autora trata da *accountability* como uma ferramenta que garante os direitos sócio-políticos do cidadão, baseado nessa informação entende-se que a *accountability* assegura ao cidadão que o Estado cumpra suas políticas públicas no contexto jurídico, uma vez que a prestação de contas força o gestor a cumprir com suas obrigações governamentais (CUBAS, 2009).

A autora relata que em países latino americano as formas de controle nos governos não sofrem forte rigor da lei, dando vazão a atos corruptivos e mau uso dos recursos públicos, a impunidade dos infratores vem a ser algo proeminente na maioria dos países situados nessa região. As dificuldades na efetivação dos direitos civis nesses países ainda está ligada a lentidão nos avanços conquistados por alguns governos no tocante aos direitos políticos (HAGOPIAN, 2005). Cubas chama a atenção para o fato de que as deficiências de um governo em relação as necessidades principais do cidadão, podem dar origem a atitudes de insatisfação com o sistema democrático e que isso venha ascender a busca por governos autoritários, principalmente quando se trata de bem-estar e segurança (CUBAS, 2009). Cubas (2009) afirma que

Quando cidadãos sentem que sua segurança ou sobrevivência está em risco, tendem a apoiar Políticos que prometem maior eficiências nas políticas públicas, mesmo que isso signifique a adoção de medidas mais duras e a diminuição das formas de *accountability* (CUBAS, 2009, p: 76).

Na concepção de O'Donnell (2005), os países com grandes desigualdades sociais, estão mais vulneráveis ao que se refere a *accountability*, pois nutre a existência de um governo autoritário, que aparece dentro das instituições no trato com cidadão

comum, questões desse tipo servem para avaliar a administração e o resultado trará uma solução para fortalecer e restabelecer a democrática tornando-a mais legítima (CUBAS, 2009).

## 1.2 ACCOUNTABILITY VERTICAL

*Accountability* vertical está inserida no contexto político como mecanismo capaz de agir em favor da sociedade e na responsabilização de governantes que estejam em falta com a administração pública. Analisaremos a concepção de alguns autores acerca do tema. Na concepção de Manin, Przeworsky e Stokes (1999), ocorre a *accountability* quando o eleitor considera que o representante possa agir em favor dos cidadãos, em teor exclusivo de satisfazer os anseios da população e agirá conforme o desejo dos cidadãos que assim o elegeram ou o seu plano de governo está elaborado com políticas públicas que tenham eficiência capaz de garantir a reeleição. Para que a *accountability* aconteça é necessário que os eleitores possam ter acesso a informações acerca do mandato, a partir daí se possa estabelecer um sistema avaliativo, que tenha caráter negativo ou positivo acerca das ações do representante durante o período de mandato, esse procedimento definirá se o governante permanecerá ou não no poder.

O ponto crucial desse processo está no acesso às informações necessárias para a avaliação, se o eleitor não tem acesso ou não consegue assimilar a gama de informações referente ao mandato, o representante ganha tempo para agir em favor de uma reeleição. A assimetria de informações pode ser um agravante, o processamento de informações deficiente vai favorecer os representantes, uma vez que eles sabem quais as dificuldades enfrentadas pelos representados, com isso agirão em benefício próprio no que se refere a uma reeleição. A *accountability* vertical é frágil quando se tem um *déficit* de informações, ou o que é mais correto afirmar, assimetria de informações (MANIN, PRZEWORSKI e STORKES, 1999).

Na análise de Fearon (1999), a eleição não deve ser tida como um meio de detenção de governantes de má índole, mas sim como um mecanismo de seleção. Partindo desse pressuposto, a sugestão do autor é que os eleitores possuam informações desde o começo do mandato até o momento eleitoral. Embora que convenhamos, se o

detentor dessas informações dificultar o acesso a elas ou até mesmo a interpretação do conteúdo exija uma análise específica, o cidadão comum não vai conseguir interpretar de forma clara o conteúdo dessas informações tornando difícil o acompanhamento do mandato do gestor.

Maravall (1999) interpreta a organização dos políticos relacionando a elaboração e implementação de políticas públicas como favorecimento a permanência dos mesmos no cargo. O autor enfatiza que o principal desejo dos políticos prima em se manter no poder e tornar-se o mais autônomo possível, prevendo que haja algum tipo de divergências entre os eleitores, os políticos buscam uma combinação de mecanismos para manipular e evitar que os custos desse afastamento venham causar danos maiores. Segundo o autor, baseado na teoria democrática, mesmo com divergências de interesses dos eleitores e governantes, a eleição continua sendo o principal meio pelo o qual possa garantir aos cidadãos que seus benefícios sejam efetivados, uma vez que a reeleição seja a moeda de troca nesse jogo de interesses políticos. Sendo assim as eleições tem papel de fazer com que o governante/gestor elabore mecanismos capaz de lhe garantir uma reeleição.

Dentro da teoria democrática pode-se perceber que há problemas diversos, um deles estar em o governante buscar através da sua autonomia política influenciar a opinião pública, quando deveria apenas responder a mesma como relata Maravall (1999),

“Existem muitas evidências de que o governante maneja politicamente para obter uma margem de manobra autônoma para implementar medidas, tanto em termos retrospectivos como prospectivamente, em função de um objetivo novo e em desacordo com a prática do passado” (VIERA, 2005, p. 613).

O'Donnell (1988) evidencia a fragilidade que a accountability vertical enfrenta principalmente na América Latina, ressaltando sua fragilidade, no tocante a instabilidade do processo eleitoral, ainda que as eleições sejam o meio principal de controle, existem os problemas que causam deficiências, como o tempo determinado que se tenha para elas acontecerem, os eleitores podem mudar de opinião por muitas vezes, alguns partidos são estruturalmente deficientes, as políticas públicas não são claras e bem definidas, e mudanças repentinas ocorrem sem que os eleitores tenham tempo de assimilar o processo. O autor esclarece um fator que pode tornar os governos

menos responsivos é o fato de os eleitores votarem retrospectivamente, informações de uma atuação passada é pouco, para responsabilizar um governo por atos ilícitos praticados. Autores como Bobbio e Campos (PINHO e SACRAMENTO, 2009) também tratam da fragilidade das eleições, quando o primeiro relata que os eleitores apenas rejeitam ou aceitam as decisões tomadas pelos membros da comissão de seu representante (PRZEROWSKI, 1998), e o segundo evidencia uma situação ainda mais preocupante onde relata que os eleitores apenas barganham seus votos (CAMPOS, 1990).

O'Donnell analisa a eficácia de outros mecanismos de *accountability* vertical — os movimentos sociais e a atuação da mídia, o autor esclarece que a mídia ao denunciar os delitos da administração pública, age de forma parcial e nomeia “supostos responsáveis” que são condenados pela opinião pública enquanto que as autoridades corruptas são inocentadas. Campos (1990) também chama a atenção para as limitações desse mecanismo no Brasil. Por sua vez, Pinho e Sacramento *considera “subserviente a interesses e conveniências particulares”, portanto sem liberdade para poder agir como uma instituição vigilante.* (PINHO e SACRAMENTO, 2009; 125).

Campos tem a visão de uma imprensa da qual acabara de libertar-se de um regime militar onde o exercício da crítica era bastante limitado, e o exercício da função podia ser manipulado, deixando lacunas esquecidas pela sociedade e a justiça.

## Capítulo II

### 2.1 EQUACIONANDO O PROBLEMA - SISTEMA ELEITORAL E CONTROLE

A capacidade de controle de representados sobre representantes, através do voto é um assunto do qual, autores consideram um dos temas fundamentais da teoria democrática, pela lógica *bons governantes* seriam reconduzidos ao poder, *maus governantes* seriam afastados, nesse seguimento seria muito fácil, mas com o sistema burocrático que temos no Brasil, o assunto requer um estudo mais complexo, cabe relacionar a esse contexto algumas variantes que estão relacionadas ao sistema eleitoral brasileiro, como lista aberta, possibilidade de o eleitor votar somente na legenda, partidos coligados e um grande número de partidos e candidatos concorrendo. (NICOLAU, 2002)

Baseado nos estudos acadêmicos, o que a literatura relata sobre o controle eleitoral e as atividades dos políticos na atuação do mandato, é que o ponto crucial está nas democracias parlamentaristas, evidenciando a clareza de responsabilidade e o grau de personalização do voto. A clareza de responsabilidade prima por uma possível identificação pelos eleitores, de quais são os partidos responsáveis pelas políticas públicas realizadas pelo governo (NICOLAU, 2002).

Segundo Powell Jr. (2000), dois pontos importantes nas democracias modernas, estão, no Legislativo Nacional e na chefia do executivo, descrito a seguir:

“Nas democracias modernas, os recursos mais relevantes do processo decisório são o legislativo nacional e a chefia do Executivo. O veículo mais importante para a identificabilidade dos cidadãos é o partido político [...]. A clareza de responsabilidade é maior quando um único partido, unificado, controla o legislativo nacional e a chefia do executivo. Se o controle destes pontos críticos de política decisória é disperso entre vários partidos ou entre indivíduos não conectados aos partidos, então é muito mais fácil para os cidadãos determinarem quem tem a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de uma determinada política, e usarem seus recursos eleitorais efetivamente como mecanismo de punição ou recompensa” (2000,51-52)

O autor cita o modelo de Power Jr. como análise, onde consta que, para se definir a clareza de responsabilidade é importante que se tenha um alto grau de apoio parlamentar no governo, destaca que governos que são uni partidários e majoritários, poderiam facilitar um grau de clareza de responsabilidade no conhecimento do eleitor, sendo que em partidos de coalizão e de minoria uni partidária seria mais difícil a compreensão do eleitor, uma vez que para atribuir a um único partido a responsabilidade de ação, das políticas públicas, (lembrando que partidos de coalizão e uni partidários dependem de apoio de outros partidos), e as políticas públicas passam a ser compartilhadas, partindo desse pressuposto o eleitor não teria clareza de responsabilização, por conta da quantidade de partidos que estariam envolvidos na implementação das políticas públicas (NICOLAU, 2002).

O autor trata como ponto crucial dentro da arena política a “personalização da escolha eleitoral”. Considerando que em algumas democracias o candidato é analisado pelos eleitores como peça principal para decidir a escolha do voto, caracterizado como voto personalizado, e quando o eleitor define seu voto priorizando o partido, é considerado voto partidário (SHUGART, 2001).

Segundo Shugart (2001), a personalização do voto em grau maior ou menor, estaria ligado a três circunstâncias presentes na legislação eleitoral, “o processo de seleção de candidatos pelos partidos, a possibilidade oferecida aos eleitores para votarem em candidatos e a magnitude do distrito eleitoral”. Para o autor nos sistemas eleitorais com foco no partido a avaliação recai sobre o desempenho da bancada, e nos sistemas onde o foco está no candidato a avaliação seria unicamente focada no mesmo.

Power Jr. considera seu modelo como sendo limitado quanto à clareza de responsabilidade nas democracias presidencialistas, baseado na regra da qual a escolha do chefe de governo é feita por uma “base eleitoral separada, e os recursos políticos não são controlados pelo legislativo”, (mesmo que se tenha autores que defendem a existência de organização de governos de coalizão no presidencialismo), analisar a questão da responsabilidade política nesse sistema, continua implicando em limitações:

“No presidencialismo, as especificidades da escolha do chefe do Executivo estimulam o deslocamento da dimensão governativa (eleições para presidente) da dimensão representativa (eleições para o legislativo) do controle eleitoral (Lessa1992; Carey e Shugart, 1995). Logo, a avaliação do desempenho do governo seria expressa no voto para o executivo, enquanto o voto para o Legislativo exprimiria a dimensão representativa da escolha”. (NICOLAU, 2002; 143)

Em nosso país para um candidato obter sucesso eleitoral, depende de vários fatores que estão relacionados ao processo eleitoral, como por exemplo: o desempenho do partido, ultrapassar o quociente eleitoral, e se caso houver coligação, o desempenho desses partidos coligados também tem influência, bem como a quantidade de votos recebida pelo candidato. Vale ressaltar que a previsibilidade dos resultados eleitorais torna-se mais difícil, quando a combinação de lista aberta com partidos coligados estão juntos.

“Partidos coligados podem eleger candidatos mesmo sem atingir o quociente eleitoral, candidatos podem aumentar sua votação e não se reeleger, enquanto outros podem obter um número de votos menor e mesmo assim garantir sua reeleição”. (NICOLAU, 2002; 127)

Autores como Fernando Limongi e Rafael Cortez, acreditam que para esclarecer a dinâmica da competição eleitoral no Brasil, basta analisar as barganhas e estratégias dos partidos políticos, como a retirada de candidaturas e ao mesmo tempo o lançamento de outras, na percepção dos autores citados acima, o que define o sistema político brasileiro são as eleições presidenciais, o que os autores explicam, prima pelo o fato de existir dois partidos de peso na política nacional que são o PT e PSDB, que até então são os únicos a concorrerem nas eleições para a presidência desde a redemocratização, passando por seis eleições até então. Esses partidos estão em evidência quando o assunto é bloco de aliados. Definida as eleições presidenciais as demais disputas eleitorais ganham estruturas e se organizam no ponto de vista dos autores. (LIMONGI E CORTEZ, 2010).

É fato, que partidos eleitorais dotados de maior expressão, que possuem representação na Câmara dos Deputados, geralmente abandonam a disputa política em troca de cargos no executivo, supostamente gerando fragmentação partidária, a separação de partidos limita-se ao Poder Legislativo, as eleições que definem os cargos do executivo, tem papel de destaque tanto para os eleitores como para os partidos, nesse caso não há fragmentação, mas sim concentração. (LIMONGI E CORTEZ, 2010)



## 2.2 SISTEMA ELEITORAL, ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO E *ACCOUNTABILITY*

Jairo Nicolau tem uma percepção de que a escolha dos representantes políticos no Brasil aconteça de forma personalizada, ou seja, o voto é dado ao candidato, “*o acompanhamento da atividade de um parlamentar e a posterior decisão de reconduzi-lo ou não ao poder Legislativo também devem ser feitos de maneira personalizada.*” (NICOLAU, 2002) Porém o autor em seguida explica que para se monitorar os candidatos eleitos pelos representados é um método pouco eficiente, pelo fato de os eleitores não recordarem em que votaram na eleição anterior, e o número de eleitores que podem eleger os deputados não é tão abrangente, causando um desperdício de votos, no sentido de eleitores votarem em candidatos que não conseguem se eleger, ou até mesmo os votos de legenda e votos em branco favorecem o desperdício de votos.

Para tratar de sistema eleitoral é importante falar sobre os efeitos do sistema eleitoral sobre o sistema partidário, na literatura encontra-se as considerações de Maurice Duverger citadas por NICOLAU E SCHIMITT, (1995), na qual possui proposições que ficaram conhecidas como as “Leis de Duverger” que se explicam da seguinte forma.

*1-O sistema majoritário de um só turno tende ao dualismo dos partidos.*

*2-O sistema majoritário de dois turnos e a representação proporcional tendem ao multipartidarismo. (NICOLAU e SCHIMITT, 1995)*

Autores como Sartori, Taagepera e Shugart tentaram tornar as leis de Duverger mais flexíveis, dessa forma Sartori formulou duas leis:

*a) Fórmulas de maioria simples favorecem um formato bipartidário e, inversamente, dificultam o multipartidarismo.*

*b) Fórmulas de representação proporcional favorecem o multipartidarismo e, inversamente, dificilmente produzem o bipartidarismo. (NICOLAU e SCHIMITT, 1995)*

Taagepera e Shugart (NICOLAU E SCHIMITT, 1995) preferiram chamar suas proposições de lei e hipótese de Duverger:

*a) Lei de Duverger: a regra de maioria simples tende a reduzir o número de partidos para dois, independente do número de clivagens políticas.*

*b) Hipótese de Duverger: Regras de representação proporcional tendem a não reduzir o número de partidos, caso o número de clivagens políticas favoreça a existência de muitos partidos (LIJPHART,1994,NICOLAU e SHIMITT,1995).*

Os autores esclarecem que embora tenha ocorrido críticas a respeito do aperfeiçoamento que foram propostos as “Leis de Duverger” elas se mantêm em sua função analítica, principalmente se forem interpretadas no sentido de probabilidade e tendências, e não limitar-se ao sentido causal. Para analisarmos os mecanismos que o sistema eleitoral utiliza sobre o sistema partidário é importante fazer uma análise sobre o efeito mecânico e psicológico de Duverger, onde o

“Efeito Mecânico, prima por a tendência que todos os sistemas eleitorais em prática nas democracias, têm de sub-representar os menores partidos e sobre-representar os maiores. Já o efeito Psicológico de Duverger está relacionado a concretização do efeito mecânico, punição para os menores partidos , pode estimular os eleitores a deixar de votar em um partido sub-representado em eleição anterior para não desperdiçar o voto” (NICOLAU e SCHIMITT, 1995).

Compreende-se então que se ocorrer o efeito psicológico, um partido obterá menos votos, conseqüentemente esse resultado será visto nas eleições seguintes, os autores relatam que para o efeito psicológico ser constatado realmente, são necessárias no mínimo duas eleições, diferentemente do efeito mecânico que é percebido em uma simples análise comparativa do número de votos com de cadeiras de cada partido, num termo prático esse efeito é percebido logo no término das eleições, pois se percebe claramente que existe uma diferença significativa entre os dois efeitos: o psicológico afeta diretamente o voto, mas ocorre de forma lenta, o mecânico afeta as cadeiras, mas é percebido de imediato, logo no fechamento das urnas e na contagem dos votos (BLAIS e CARTY, 1991),

“O número de partidos eleitorais efetivos é afetado unicamente pelos efeitos psicológicos dos sistemas eleitorais — as expectativas sobre como os votos serão traduzidos em cadeiras— enquanto que o número de partidos parlamentares efetivos é influenciado tanto por tais expectativas (efeitos psicológicos) quanto pelo processo real (mecânico) de tradução de votos em cadeiras” (LIJPHART, 1994).

Numa análise sobre os efeitos mecânico e psicológico sobre arenas eleitoral e parlamentar descrito por Lijphart (1994) consta a afirmação de que apenas os sistemas

eleitorais efetivos são afetados pelos efeitos psicológicos, e qualquer redução adicional no número de partidos é resultante unicamente do efeito mecânico. Baseado nas informações descritas pelo autor sobre os efeitos psicológico e mecânico é possível perceber que se tratando de sistemas eleitorais majoritários, difundir pesquisas de opinião em períodos pré-eleitoral, pode ascender a conduta referente a estratégias dos eleitores. A literatura destaca que a possibilidade do caráter diacrônico, ao referido tema, em outras palavras o que o autor explica é que as pesquisas ao mostrarem os resultados, tem o poder de influenciar os eleitores tendenciosamente antes do pleito, desse modo é possível entender que o resultado de uma pesquisa pode surtir o mecânico e também estimular o efeito psicológico (NICOLAU e SCHMTT, 1995).

A literatura nos mostra o caso do sistema partidário brasileiro, que segundo Mainwaring (2001) é resultado da eleição de 1994, já permitiria falar em uma possível consolidação do quadro partidário brasileiro em torno de sete partidos (PMDB, PFL, PPB, PSDB, PT, PDT e PTB). O autor não partilha dessa opinião, mas permite esclarecer que o atual sistema partidário pelo menos até meados da década de 1990, mantinha-se coerente com a experiência brasileira desde sempre, sendo caracterizado como dote um baixo grau de institucionalização. O autor busca evidenciar a trajetória pela qual passou os partidos políticos até os dias de hoje. Trata de temas como reforma política e fala da consolidação dos sete partidos que predominam no cenário político brasileiro, (já citados acima), a descrição do autor sobre a reforma política prima pela importante característica, a qual pela primeira vez na história do país, os partidos políticos poderão beneficiar-se com a estabilidade democrática (MAINWARING, 2001).

O atual sistema brasileiro passou por três fases distintas. Nos primeiros anos, um sistema de dois partidos e meio seria desconstituída em um processo que teve início com a crise do PDS, foi alimentado pela implosão do PMDB após a constituinte e culminou com a criação de novos e muitos partidos no interior do Congresso Nacional (MAINWARING, 2001)

Em primeiro lugar a redemocratização do país ampliou o acesso dos partidos as áreas decisórias no executivo federal. A afirmativa é verdadeira mesmo se a comparação for feita com o regime de 1945, quando os partidos tinham de disputar espaço em um aparato estatal constituído previamente à sua existência, fortemente centralizado e vinculado de modo corporativo à sociedade. Especialmente a partir do

primeiro governo de FHC, o que se viu foi a presença dos partidos governistas à frente de ministérios importantes durante tempo suficiente para que os recursos políticos ali disponíveis pudessem ser canalizados para o desenvolvimento organizacional (MAINWARING, 2001).

E em segundo lugar os regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, após 1989, consagraram um padrão decisório centralizado onde o que conta são os partidos por meio de seus líderes, finalmente merece registro a relevância assumida pelo fundo partidário a partir da lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995. Desde então as executivas nacionais dos partidos passaram a contar com significativos recursos de ordem financeira, em 2003, os 10 maiores partidos no Congresso Nacional receberam dotações robustas, que detém as cifras de R\$ 389.532,00(trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e trinta e dois reais) no caso do PC do B, até a bagatela de R\$ 11.302.931,00(onze milhões trezentos e dois mil, novecentos e trinta e um reais) no caso do PT (MAINWARING, 2001).

## Capítulo III

### *METODOLOGIA E MÉTODOS*

#### **3.1 OBJETO DE ESTUDO – DEFININDO OS “SANGUESSUGAS”**

O escândalo denominado “máfia dos *sanguessugas*” pela polícia federal, caracteriza-se pelo ato de alguns parlamentares estarem envolvidos em fraudes de superfaturamento da compra de ambulâncias para diversos municípios específicos do território nacional. Os deputados eram incumbidos de apresentarem emendas com destinação a compra de ambulâncias e material hospitalar, foi instaurada uma CPI, a fim de investigar a utilização de cerca de 110 milhões do orçamento que foi destinada a compra de ambulâncias, isso ocorreu após a polícia federal prender parlamentares, assessores e servidores públicos envolvidos no processo, fato ocorrido em maio de 2006, segundo a PF o golpe vinha sendo praticado desde o ano de 2001.

A empresa Planam com sede no Mato Grosso era a responsável por agenciar os processos, segundo a imprensa, o ponto de partida para a ação do grupo, era o contato com as prefeituras, o preço das ambulâncias chegaram ao superfaturamento de cerca de 110% do valor original, que em muitas vezes o produto era entregue com falta de equipamentos ou com defeitos. O empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin dono da empresa citada relatou em depoimento a CPI que em muitos casos, ocorria adiantamento de propina aos parlamentares que apresentavam emendas ao orçamento, que tinha como objetivo a compra de ambulâncias e equipamentos ambulatoriais, por prefeituras.

Em um levantamento feito pela CGU, (controladoria geral da união) foi comprovado que o número de 3.043 ambulâncias compradas desde o ano 2000, o poder executivo firmou 38 convênios com a Planam, e cerca de 890 convênios tiveram origem em emendas parlamentares. Segundo relatos de Vedoin dono da empresa Planam em depoimento a CPI os próprios parlamentares contribuíam para cooptar prefeitos, a fim de direcionar as licitações a empresa PLANAM e outras empresas de fachada envolvidas no esquema, tornando o processo licitatório uma fraude. Também participava do esquema a ex-assessora do ministério da saúde Maria da Penha Lino, que

após o texto ser aprovado no Congresso Nacional, a mesma e os parlamentares faziam uso da própria influência para que os recursos fossem liberados com agilidade.

Também conhecida como operação sanguessugas, a prática se iniciou quando o ministro da saúde era José Serra, e teve permanência nas gestões de Barjas Negri, ambos no governo de FHC, Saraiva Felipe e Humberto Costa esses no governo Lula, o escândalo tornou-se assunto de campanha nas eleições de 2006, havendo especulações da participação dos ministros, quando o então José Serra, viera a se candidatar a governador da cidade de São Paulo e Humberto Costa em Pernambuco, os candidatos foram alvos de especulações e acusações em debates eleitorais na época, sendo acusados de participação e ou de conhecimento da prática, vídeos e fotos comprovam a presença de serra junto a vários deputados incriminados por ter participação no esquema, onde José Serra aparece pessoalmente distribuindo as ambulâncias e agradecendo o empenho dos parlamentares nas emendas, a revista *Istoé*, na época trouxe uma reportagem do depoimento de Vedoin, e também fotos e reportagens do Correio Brasiliense, que mostra um ofício do secretário executivo do ministério da saúde, na gestão de José Serra, determinando ao FNS(fundo nacional de saúde) para providenciar o empenho e elaboração do convênio, tornando a pessoa de serra ainda mais exposta diante do fato, veio a público sua ligação com Platão Fischer Pühler, este que teria sido figura central em outro escândalo envolvendo órgãos públicos, deixando o então ministro Serra à margem das polêmicas.

Como o escândalo ocorreu em vários estados da federação, os juízes dos Estados de Goiás e Ceará foram incisivos nas condenações, o juiz da 18ª vara Federal, no estado do Ceará, Júlio Rodrigues Coelho Neto, condenou o ex-deputado federal Almeida de Jesus (PR) e o ex-prefeito do município de Itapajé, João Batista Braga (PTB), por desvios de recursos federais, relacionado a compra de ambulâncias, ambos foram sentenciados a pagar multa no valor de R\$ 21.995,74 multa de R\$ 20 mil para cada, um valor relativamente irrisório considerando o montante do roubo que estava orçado em mais de 110 milhões de reais, (para todos os envolvidos) ambos tiveram suspensão de direitos políticos e proibição de contratos com o poder público por tempo determinado.

O esquema esteve presente em três municípios do Estado de Goiás, Formosa, Água Fria de Goiás e Luziania, juntos os três municípios gastaram um montante de R\$ 260 mil reais, para compra de ambulâncias por meio de licitações fraudulentas. O Juiz federal da subseção de Luziania, Guilherme Jorge de Rezende Brito, condenou o ex-

deputado Jorge dos Reis à perda do valor acrescido ilicitamente ao seu patrimônio, o mesmo valor do caso anterior, a serem corrigidos monetariamente, também condenou o ex-parlamentar à suspensão dos direitos políticos por dez anos, ao pagamento de multa civil no valor de duas vezes o acréscimo patrimonial indevido, ou seja, R\$ 42 mil, também foi proibido a contratar com o poder público por 10 anos.

No fim de junho de 2006, foi instaurada a CPI dos sanguessugas, com o objetivo principal de concluir o inquérito que tratava as investigações sobre o escândalo de corrupção, relacionado a fraude na compra de ambulâncias. A comissão parlamentar de inquérito foi composta por 17 deputados e 17 senadores, e foi presidida pelo então deputado Antônio Carlos Biscaia, (PT-RJ). A vice-presidência foi coordenada pelo deputado Raul Jungmann (PPS-PE), e a relatoria foi pelo senador Amir Lando (PMDB-RO).

A CPI investigou um total de 90 parlamentares, sendo 87 deputados e 3 senadores da República, também foram investigados 25 ex-parlamentares suspeitos de envolvimento na máfia das ambulâncias. Em 2006, na data de 26 de agosto saiu um relatório parcial aprovado pela CPI, que recomendou a abertura do processo de cassação de 74 parlamentares. Essa lista seguiu para os conselhos de ética de cada uma das casas do legislativo, que foram responsáveis por decidir sobre a abertura de cassação dos mandatos dos referidos parlamentares envolvidos no esquema fraudulento.

### **3.2 METODOLOGIA E MÉTODOS**

Essa seção descreve a forma como foram coletados as informações para a elaboração do banco de dados e os métodos que utilizaremos para responder a nossa questão de pesquisa.

Banco de dados foi elaborado a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referente aos resultados eleitorais para o cargo de deputado federal nas eleições de 2002 e 2010. Em função do nosso objeto de estudo, tabulamos apenas as informações referentes aos atores políticos envolvidos na Operação Sanguessuga, totalizando um número de 74 parlamentares. Afim de melhor apresentar a composição do banco de dados, apresentamos abaixo o quadro com a variáveis.

**Quadro 1 – Banco de dados Sanguessugas**

	<b>Nome</b>	<b>Rótulo da Variável</b>	<b>valores</b>
01	Político	Nome do Político	<i>String</i>
02	Uf	Unidade da Federação	<i>String</i>
03	partido_2002	Partido político do candidato em 2002	<i>String</i>
04	votos_2002	Votos – Eleições 2002	<i>String</i>
05	receita_2002	Receita de campanha (R\$) em 2002	<i>String</i>
06	valor_voto_2002	Valor médio (R\$) do voto em 2002	<i>String</i>
07	partido_2006	Partido Político em 2006	<i>String</i>
08	Migração	Político migrou do partido?	0=Não 1=Sim
09	votos_2006	Votos - Eleições 2006	<i>String</i>
10	receita_2006	Receita de Campanha (R\$) em 2006	<i>String</i>
11	valor_voto_2006	Valor médio (R\$) do voto em 2006	<i>String</i>
12	situacao_2006	Situação em 2006, pós-Eleições	0=Não eleito 1=Eleito 2=Não se candidatou

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE (2014).

O nosso banco de dados conta com 12 variáveis, das quais seis são categóricas/nominais e outras seis são quantitativas/discretas. Elas compreendem informações de duas eleições (2002 e 2006) e dizem respeito a políticos (deputados federais) exclusivamente denunciados na Operação Sanguessuga. O próximo quadro sumariza o nosso desenho de pesquisa.

**Quadro 2 - Desenho de pesquisa**

<b>Questão de Pesquisa</b>	Qual o impacto do escândalo da “Operação Sanguessuga” nos resultados eleitorais de 2006 para os candidatos à reeleição para a Câmara dos Deputados?
<b>População</b>	Deputados federais denunciados na Operação Sanguessuga que concorreram às eleições no ano de 2006.
<b>Variáveis</b>	<i>Dependente:</i> punição eleitoral para candidatos ao cargo de deputado federal que são “sanguessuga”.  <i>Independente:</i> número de votos obtidos nas eleições 2002 e 2006; mudança de partido político; receita de campanha em 2002 e 2006; resultado eleitoral (vitória/derrota)
<b>Hipótese</b>	Existe uma correlação significativa e positiva em ser “sanguessuga” e perder votos nas eleições seguintes
<b>Técnicas</b>	Estatística descritiva e teste <i>t</i> .

Fonte: elaboração da autora (2014).



Metodologicamente utilizaremos estatística descritiva para analisar dados referentes a resultados eleitorais em dois pleitos (2002 e 2006) de candidatos que foram denunciados na Operação Taturana. Consideramos ainda as receitas de campanha para os dois anos em questão e o valor médio do votos dos candidatos, bem como o fenômeno da migração partidária entre os pleitos. Utilizaremos a técnica de *teste t* para testar a hipótese de que existe uma correlação positiva e significativa entre envolvimento na Operação Sanguessuga e diminuição da quantidade de votos na eleição seguinte.

### 3.3 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

Análise de apenas um grupo de indivíduos. Esse trabalho analisa um único grupo de políticos denunciados por esquema de corrupção. Uma estratégia metodológica que objetive robustecer os achados e estabelecer inferências causais deve analisar mais grupos. No entanto, os custos da análise computacional para essa tarefa, bem como a demanda de tempo e análise estatística se tornaram uma proposta inviável enquanto pesquisa para trabalho de conclusão de curso de graduação.

Metodologicamente, nossa pesquisa também tem como limitação metodológica a ausência de um grupo de controle na análise. Em termos mais práticos, pesquisas posteriores devem estabelecer um banco de dados com uma amostra aleatória, semelhante em número (N), cujo grupo não esteja envolvido em nenhum escândalo de corrupção. Para manter a simetria, os parlamentares do grupo de controle devem pertencer, de preferência, ao mesmo partido e unidade da federação do grupo principal (“sanguessugas”).

Por fim, consideramos ainda como limitação metodológica, as necessidades de pesquisas futuras apresentarem os dados/resultados comparados de receitas de campanha (R\$) com os valores deflacionados. Ou seja, os valores referentes a 2006 devem ser corrigidos para valores financeiros correspondentes a 2000.

## Capítulo IV

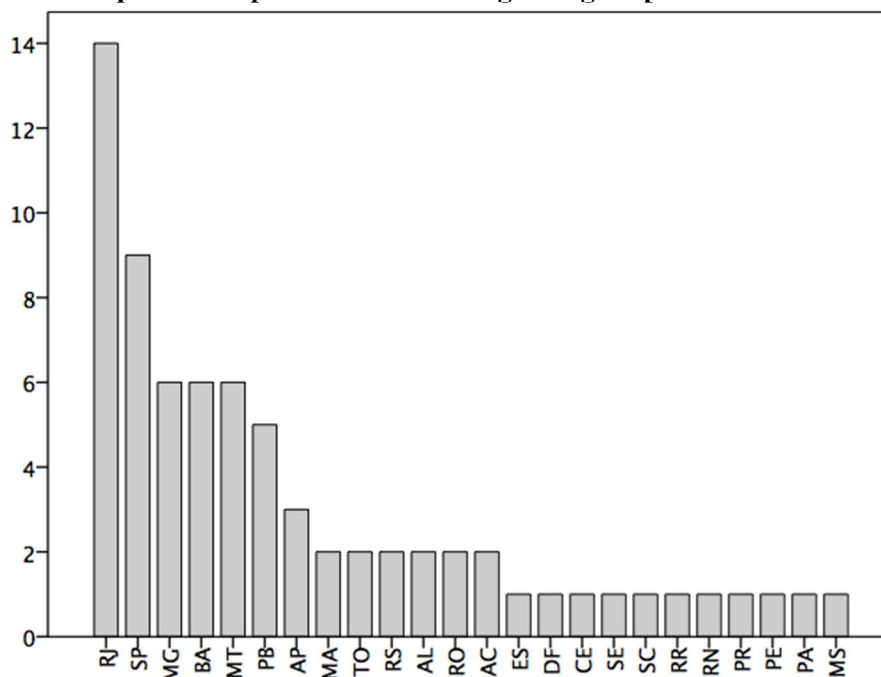
### RESULTADOS

Dividimos nossa apresentação de resultados em quatro etapas. A primeira apresenta a estatística descritiva dos deputados federais sanguessugas por Estados, migração partidária, bem como resultados eleitorais e receitas de campanhas. A segunda subseção trata exclusivamente da condição de migrante e não-migrante dos sanguessugas e seus respectivos resultados nas duas eleições analisadas. Em seguida, analisamos a distinção entre votos e receitas de sanguessugas eleitos e não eleitos. Por fim, testamos a hipótese de que se envolver em escândalo de corrupção reduz o número de votos conquistados.

#### 4.1 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS “SANGUESSUGAS”

A que estados pertencem os parlamentares que se envolveram no escândalo de corrupção conhecido como Operação Sanguessuga? O gráfico abaixo descreve a frequência de deputados federais “sanguessugas” por unidades da federação.

**Gráfico 1 - Frequência de parlamentares “sanguessugas” por unidades da federação.**



Fonte: elaboração da autora a partir da Polícia Federal <<http://www.dpf.gov.br/>>

O gráfico acima descreve a frequência de deputados sanguessugas distribuídos pelos os estados brasileiros. Encontramos a maior concentração no estado do Rio de Janeiro (14), seguido por São Paulo (9), Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia (6 cada um). Os estados do Nordeste com maior índice de envolvidos são Bahia e Paraíba. As unidades federativas com menor concentração de parlamentares “sanguessugas” são Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina e Sergipe, cada com apenas um político denunciado pela Polícia Federal.

Em seguida, apresentamos os partidos políticos pelo qual os deputados federais “sanguessugas” foram eleitos em 2002, como mostra a tabela abaixo.

**Tabela 1. Partidos políticos dos “sanguessugas” em 2002**

Partidos	Frequência	%	% acumulado
PFL	11	15,3	15,3
PMDB	11	15,3	30,6
PL	10	13,9	44,4
PPB	9	12,5	56,9
PTB	9	12,5	69,4
PSDB	7	9,7	79,2
PRONA	4	5,6	84,7
PSB	3	4,2	88,9
PDT	2	2,8	91,7
PPS	2	2,8	94,4
PSD	1	1,4	95,8
PSDC	1	1,4	97,2
PST	1	1,4	98,6
PT	1	1,4	100,0
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE.

Considerando as eleições de 2002, os partidos políticos que mais tiveram parlamentares envolvidos na Operação Sanguessuga foram o PFL e o PMDB, cada um com onze deputados federais (15,3%), seguido do PL, que teve dez parlamentares (13,9%) e com nove envolvidos foram registrados o PPB e o PTB (12,5%). Os partidos com menor número de “sanguessugas” nesse mesmo cenário, apenas um parlamentar envolvido (que corresponde a 1,4% para cada partido), foram o PSDC, PSD e PP, o PT.

Não há estudos que quantifique parlamentares brasileiros envolvidos por tipo de escândalo de corrupção, partido político ou unidade da federação. A ausência de

pesquisas com esse viés de análise reduz a possibilidade comparativa dessa pesquisa. Além disso, a apresentação inédita desse tipo de dados aliada à falta de pesquisas anteriores sobre o mesmo tema enfraquece as chances de construirmos uma hipótese orientada para explicação do fenômeno. A seguir apresentamos os resultados eleitorais das eleições de 2002, considerando a situação dos candidatos que, ao assumirem os cargos de deputado federal, se envolveram no esquema de corrupção, batizado pela Polícia Federal de “Operação Sanguessuga”.

**Tabela 2. Situação dos parlamentares “sanguessugas” nas Eleições 2002**

Partidos	Frequência	%	% acumulado
Eleito	53	73,6	73,6
Eleito por Média	10	13,9	87,5
Suplente	9	12,5	100,0
Total	72	100,0	

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE.

Dos setenta e dois parlamentares que ocuparam cadeiras como deputado federal entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006, 73,6% conquistaram suas vagas, ou seja, possivelmente foram os mais votados de cada coligação eleitoral. 13,9% foram eleitos por média e 12,5 (nove parlamentares) não conquistaram cadeiras de deputado federal nas Eleições de 2002, chegando mais tarde a assumir o mandato e, conseqüentemente, se envolver no esquema de desvio de verbas públicas. Minimamente podemos afirmar o envolvimento no ato ilícito não tem a presença maciça de parlamentares que estão na condição de suplente, ou seja, aqueles que teriam baixa relação com o eleitor, uma vez que não foram eleitos, chegando a assumir o cargo por qualquer outro motivo. A maior recorrência de infrator aconteceu com o parlamentar que, possivelmente, recebeu mais votos na disputa eleitoral e que teria numericamente maior responsabilidade com a representatividade. Em outros termos, aqueles políticos de maior reconhecimento junto ao eleitorado foram os que apresentaram a maior taxa de envolvimento no escândalo, o que pode indicar uma presunção de que a *accountability vertical* ou fiscalização por parte do eleitorado possa não acontecer.

A tabela abaixo ilustra a distribuição dos “sanguessugas” que se candidataram ou não nas Eleições 2006.

**Tabela 3. Distribuição de frequências de “sanguessugas” nas Eleições 2006**

<b>Sanguessuga candidato</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Não	20	27,8
Sim	52	72,2
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE.

Na tabela acima os dados descrevem a frequência de candidatos que tentaram novo mandato nas eleições de 2006, mesmo estando envolvidos no escândalo de corrupção. Cinquenta e dois (72,2%) deles voltaram a se candidatar e vinte (27,8%) desses parlamentares, por algum motivo que não é objeto de estudo dessa monografia, não apresentaram registro de candidatura para a Câmara dos Deputados.

A tabela abaixo resume informações exclusivamente sobre aqueles deputados federais que foram considerados “sanguessugas” e se candidataram nas eleições de 2006 e a análise se preocupa em descrever se ele migrou ou se manteve no mesmo partido pelo qual foi eleito em 2002.

**Tabela 4. Migração partidária dos Sanguessugas**

<b>Migrou</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Não	21	40,4
Sim	31	59,6
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE.

Na tabela acima registra que 40,4% dos deputados “sanguessugas” permaneceram no mesmo partido do qual já eram filiados nas eleições de 2002, e 31 deputados migraram para outros partidos, formando um percentual de 59,6% de migração partidária. Esse não é um fenômeno de exclusividade do sistema político brasileiro (FREITAS, 2008) e não acontece unicamente em democracia jovens (ROMA, 2007). O fenômeno da migração partidária é amplamente aceito e entendido pela literatura em Ciência Política através da agregação de preferências particulares dos atores políticos (MELO 2004).

Depois de observado os dados referentes ao número de parlamentares migrantes e não-migrantes, nosso próximo passo é saber o quadro partidário desses parlamentares para as Eleições 2006, como mostra a tabela abaixo.

**Tabela 5. Migração partidária dos Sanguessugas – Partidos Políticos**

<b>Partidos Políticos</b>	<b>Frequência 2002</b>	<b>Frequência 2006</b>	<b>% 2002</b>	<b>% 2006</b>
PFL	11	4	15,3	7,7
PMDB	11	5	15,3	9,6
PL	10	11	13,9	21,2
PPB	9	-	12,5	-
PTB	9	12	12,5	23,1
PSDB	7	1	9,7	1,9
PRONA	4	-	5,6	-
PSB	3	4	4,2	7,7
PDT	2	-	2,8	-
PPS	2	-	2,8	-
PSD	1	-	1,4	-
PSDC	1	-	1,4	-
PST	1	-	1,4	-
PT	1	1	1,4	1,9
PSC	-	1	-	1,9
PRB	-	1	-	1,9
PP	-	12	-	23,1
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>52</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE.

A tabela acima registra a frequência e percentual dos partidos nas Eleições 2002 e 2006. A lógica da análise é identificar a quantidade e percentual de parlamentares que cada partido político tinha nos dois cenários. O PFL e PMDB eram os partidos com o maior número de “sanguessugas” pós-2002, representando cada um 15,3% do montante de 72 do conjunto. Após a deflagração da denúncia, nas Eleições 2006, PFL passa a registrar apenas quatro parlamentares (7,7%) “sanguessugas” em seus quadros, e o PMDB cinco (9,6%) “sanguessugas”. O PL aumentou em um o número de deputados federais flagrados pela operação da Polícia Federal, passando de dez (13,9%) para onze (21,2%). O PP, por ser um partido criado após as eleições de 2002, é quem registra, junto com o PTB, o maior número de candidatos ao cargo de deputado federal envolvidos no escândalo de corrupção dos sanguessugas, cada um apresenta doze candidatos.

Vale ressaltar que não estamos analisando uma política sistemática dos partidos políticos em manter ou rejeitar parlamentares envolvidos no escândalo aqui analisado do ponto de vista eleitoral – *accountability vertical*. No entanto, essa observação aponta para uma agenda de pesquisa ainda inexplorada na Ciência Política, ou seja, se os partidos políticos no Brasil criam alguma barreira ou impedimento aos seus quadros políticos após estes se envolverem em escândalos de corrupção.

Essa observação pode nos levar a questionamentos do porque parlamentares que são denunciados em esquemas de corrupção migram de partido político ou se essa migração tem os mesmos motivos em um cenário em que ele não fosse denunciado. Ou ainda, se a denúncia implica numa perda de espaços políticos e de *status* dentro do partido político de origem a ponto de influenciar sua migração. Não menos interessante é avaliar se a migração nesse caso está relacionada ao ganho de mais espaço político de comando de uma nova agremiação político partidária.

Voltando a análise da migração. Mas quais partidos alocaram os deputados “sanguessugas” em 2006 e para quais partidos esses deputados migraram? A tabela abaixo resume um *crosstabulation* os partidos políticos dos sanguessugas em 2002 e 2006.

**Tabela 6. Migração partidária dos “sanguessugas” de 2002 para 2006**

	PARTIDO 2006 (%)										Total (%)	
	PFL	PL	PMDB	PP	PRB	PSB	PSC	PSDB	PT	PTB		
<b>PDT</b>											100,0	100,0
<b>PFL</b>	37,5	12,5		12,5		12,5					25,0	100,0
<b>PL</b>	16,7	66,7									16,7	100,0
<b>PMDB</b>			57,1		14,3			14,3			14,3	100,0
<b>PPB</b>				100,0								100,0
<b>PPS</b>		50,0		50,0								100,0
<b>PRONA</b>		50,0		50,0								100,0
<b>PSB</b>						100,0						100,0
<b>PSDB</b>		50,0					25,0				25,0	100,0
<b>PSDC</b>		100,0										100,0
<b>PST</b>			100,0									100,0
<b>PT</b>									100,0			100,0
<b>PTB</b>				14,3							85,7	100,0
<b>Total (%)</b>	7,7	21,2	9,6	23,1	1,9	7,7	1,9	1,9	1,9	1,9	23,1	100,0

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE.

Essa tabela apresenta a migração interpartidária dos “sanguessugas” entre as eleições 2002 e 2006. Como observado, todos os “sanguessugas” do PDT migraram para o PTB. No que se refere ao PFL, 37,5% se mantiveram no mesmo partido, enquanto que 12,5% migraram para o PL, 12,5% para o PP, outros 12,5% para o PSB e finalmente 25% para o PTB. Por conseguinte, mantiveram-se no PL 66,7% do sanguessugas, 16,7% foram para o PFL e 16,7% para o PTB. No caso do PMDB 57,1% permaneceram no partido, 14,3% migraram para o PRB 14,3% para o PSDB e outros 14,3% para o PTB. Dos sanguessugas filiados ao PSDB 50% continuaram lá enquanto que 25% migraram para o PSC e outros 25% para o PTB no pleito de 2006. No caso do

PT, todos os envolvidos permaneceram no mesmo partido. A tabela abaixo resume as informações de testes de associação entre o partido do candidato em 2002 e seu partido em 2006.

**Tabela 7 – Medidas simétricas<sup>c</sup>**

		Valor	Sig. Aprox.
Nominal por Nominal	Phi	2,049	0,000
	V de Cramer	0,683	0,000
	Coefficiente de contingência	0,899	0,000
N de Casos Válidos		52	

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE.

Os testes de *V de Kramer* e o *coeficiente de contingência de Pearson (C)*<sup>1</sup> indicaram uma forte associação entre os partidos que os “sanguessugas” se alocaram em 2006 em relação aos partidos de onde vieram. A estatística do teste de *Kramer* com um coeficiente de 0, 683 e o *coeficiente de contingência de Pearson (C)* com 0, 899 indicando uma forte associação entre as duas variáveis. Como as tabelas mostram os “sanguessugas” eram distribuídos em 13 partidos políticos e, no pleito de 2006, agruparam-se em apenas 10.

A tabela abaixo descreve os dados acerca dos votos, receita de campanha e valor médio dos votos para as eleições de 2002 e 2006, no pleito para deputado federal, entre os deputados sanguessugas.

**Tabela 8–Estatística descritiva de votos e receita de campanha**

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Votos nas Eleições 2002	52	275	127.677	56.261	32.709
Receita de Campanha em 2002	52	200,00	981.520,78	146.118,63	171.489,01
Valor Médio (R\$) do Voto em 2002	52	0,06	38,69	3,54	5,56
Votos nas Eleições 2006	52	99	106.593	31.973	28.098
Receita de Campanha em 2006	52	0,00	1.001.011,00	177.572,50	195.042,70
Valor Médio (R\$) do Voto em 2006	52	0,00	26,22	7,73	6,23
N válido (de lista)	52				

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE.

<sup>1</sup> Esse tipo de teste é indicado para se medir o grau de associação entre variáveis qualitativas. Para mais informações ver: Triola (2008) e Dancey e Reidy (2013).



O número de votos dos deputados “sanguessugas” eleitos em 2002 variou entre 275 e 127.677, resultando numa média de 56.261 votos (o desvio padrão foi de 32.709 votos em torno da média). Para as eleições de 2006, os votos desses mesmos deputados apresentou variação entre 99 e 106.593 votos, com uma média de 31.973 votos. Em função da média de votos, esses dados indicam os deputados “sanguessugas”, em média, receberam menos votos em 2006 do que em 2002, no entanto, mesmo sendo “sanguessugas”, alguns deputados conseguiram aumentar seu número de votos e forma substantiva.

Para finalizar essa seção, a tabela abaixo ilustra os resultado eleitoral dos “sanguessugas” nas Eleições 2006.

**Tabela 9 – Resultados eleitorais dos “sanguessugas” em 2006**

Eleito	Frequência	%
Não	44	84,6
Sim	8	15,4
Total	52	100,0

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE.

De um total de setenta e dois parlamentares denunciados na Operação Sanguessuga e que haviam sido eleitos em 2002, cinquenta e dois concorreram à reeleição em 2006. Isso quer dizer que por algum motivo vinte parlamentares (27,8%) desse grupo ficaram fora da disputa eleitoral. Dos que concorreram ao pleito de 2006, oito conseguiu se reeleger (15,4%) e quarenta e quatro (84,6%) não obteve o mesmo êxito.

## 4.2 – TESTANDO AS HIPÓTESES

A seguir testaremos as seguintes hipóteses:

*H1: A média de receita de campanha em 2006 é maior do que a média de receita declarada em 2002.*

O argumento por traz dessa hipótese é o de que candidatos envolvidos em escândalos de corrupção tendem a gastar mais em pleitos posteriores.

*H2: A média de votos dos deputados “sanguessugas” em 2006 é menor do que em 2002.*

Se a hipótese for confirmada, podemos argumentar que esses deputados foram punidos eleitoralmente por estarem envolvidos em um escândalo de corrupção. As análises serão feitas com base em comparações de médias através do teste t para amostras emparelhadas. Esse teste é uma ferramenta utilizada quando você analisa o mesmo objeto em duas condições (TRIOLA, 2008; DANCEY e REIDY, 2013). Portanto, a lógica do teste é saber se existe diferença entre as médias nos dois momentos ( $t_2 - t_1$ ).

**Tabela 10– Teste t para amostras emparelhadas Receita de campanha**

	Diferenças emparelhadas					t	DF	Sig. (2 extr.)
	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	95% Intervalo de confiança da diferença				
				Inferior	Superior			
Receita 2002 - Receita 2006	-31.453,87	209827,28	29097,81	-89870,16	26962,42	-1,08	51	0,285

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE.

A tabela acima indica que a diferença média de receita entre 2002 e 2006 foi de -31.453,87 indicando que os “sanguessugas” gastaram em média mais no pleito seguinte. Contudo, como indicado no teste essa diferença não foi estatisticamente significativa. O p-valor para o teste ficou muito acima do limite de 0,05 ( $p = 0,285$ ). Rejeitamos, portanto, a hipótese 1 formulada acima. A tabela abaixo resume os dados acerca do teste de amostras emparelhadas para a variável voto em 2006 e 2009.

**Tabela 11 – Teste t Amostras emparelhadas Votos**

	Diferenças emparelhadas					t	D F	Sig. (2 extremidades)
	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	95% IC da diferença				
				Inferior	Superior			
Votos 2002 - Votos 2006	24.288	28555	3960	16338	32238	6,13	51	0,000

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE.

A leitura dessa tabela é idêntica à da tabela anterior. Observamos que a diferença nos votos dos “sanguessugas” entre 2002 e 2006 é de 24.288 em média. Isso significa que os candidatos “sanguessugas” perderam essa quantidade de votos em 2006. O teste de significância estatística indica que essa diferença é significativa ao nível de  $p = 0,001$ . Em termos analíticos podemos confirmar a hipótese 2 formulada acima. No que se refere a quantidade de votos, os “sanguessugas” foram punidos eleitoralmente com a perda de 24.288 em média nas eleições de 2006.

Faremos em seguida uma comparação descritiva acerca da receita e dos votos em decorrência de ter sido eleito ou não. A idéia é observar se o padrão geral observado acima se matem quando analisados a partir desses dois grupos. A tabela abaixo resume os dados sobre receita entre os candidatos “sanguessugas” eleitos e os não eleitos.

**Tabela 12 – Receita de campanha 2002/2006 por Eleito/Não eleito**

<b>Situação</b>		<b>Média</b>	<b>N</b>	<b>Desvio padrão</b>	<b>Erro padrão da média</b>
Não Eleito	Receita 2002	139399,88	44	177624,96	26777,97
	Receita 2006	134860,89	44	147061,18	22170,31
Eleito	Receita 2002	183071,75	8	136405,45	48226,61
	Receita 2006	412486,38	8	264148,03	93390,43

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE.

No que se refere à receita observa-se que entre os “sanguessugas” não eleitos em 2006 a média de receita permaneceu praticamente inalterada, na verdade diminuiu um pouco. Enquanto que entre aqueles que foram eleitos a média de receita mais que dobrou. A tabela abaixo apresenta os mesmos dados agora com relação aos votos.

**Tabela 13 – Votos 2002/2006 por Eleito/Não eleito**

<b>Situação</b>		<b>Média</b>	<b>N</b>	<b>Desvio padrão</b>	<b>Erro padrão da média</b>
Não Eleito	Votos 2002	52037	44	31757	4788
	Votos 2006	23264	44	18772	2830
Eleito	Votos 2002	79495	8	29506	10432
	Votos 2006	79873	8	22099	7813

Fonte: elaboração da autora a partir do TSE.

Como se espera entre os “sanguessugas” não eleitos a perda de voto foi bastante considerável, mais especificamente menos 28.773 votos. O que surpreende é a diferença

de votos entre os eleitos. Como observado na tabela os “sanguessugas” eleitos ganharam somente 378 a mais em relação aos seus votos nas eleições de 2002.

O que se depreende dos dados dessas duas últimas tabelas e dos testes de hipóteses acima são considerações importantes acerca do desempenho eleitoral dos “sanguessugas” e a *accountability* eleitoral. Os “sanguessugas” foram realmente punidos nas eleições 2006. A perda de votos, a quantidade de não eleitos, bem como o teste de hipótese comprovam isso. As duas últimas tabelas indicam que por terem se envolvido em escândalos de corrupção os “sanguessugas” eleitos em 2006 tiveram que dobrar suas receitas de campanha para manter o mesmo padrão de votos em 2002. O que quer dizer que para que esses 8 sanguessugas pudessem ser eleitos eles tiveram que gastar muito mais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desse trabalho foi verificar se as eleições funcionam como mecanismo de controle (punição) aos políticos envolvidos em escândalos de corrupção, ou seja, se existe de fato uma *accountability vertical*. Mais especificamente, tratamos aqui do escândalo conhecido como Operação Sanguessuga, deflagrado pela Polícia Federal no ano de 2004, denunciando 72 deputados federais por desvios de verbas públicas na compra de ambulâncias para prefeituras municipais. Apesar de alguns autores considerarem a *accountability vertical* um instrumento frágil (ARATO, 2002; e O'DONNELL, 1998), e apontarem algumas situações que possam justificar essa afirmação, fomos analisar o problema na prática.

A análise dos dados quantitativa dos dados (receita de campanha, valor médio de votos, migração partidária e resultados eleitorais comparando nas Eleições de 2002 e 2006) nos apontou respostas no sentido de assegurar, preliminarmente, que houve uma *accountability vertical*. Ainda que consideremos as limitações metodológicas desse estudo.

Os dados encontrados confirmam que as eleições podem ser consideradas um meio eficaz de controle eleitoral sobre os políticos. Os achados nos revelou que houve uma redução significativa do número de votos dos candidatos “sanguessugas” entre as Eleições de 2002 e 2006. Também ficou evidente que houve um custo mais elevado de campanha entre aqueles “sanguessugas” que buscaram reeleição. Em linhas gerais, esses parlamentares investiram mais recursos financeiros em suas campanhas para conseguir a reeleição e obtiveram menos votos que o pleito anterior. De um total de 52 parlamentares analisados, apenas 8 conseguiram se reeleger a um aumento considerável na receita de campanha.

Os resultados dessa pesquisa nos confirma que as eleições podem ser um mecanismo de controle eleitoral sobre envolvidos em escândalos de corrupção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARATO, A.; COHEN, J. “Sociedade civil e teoria social”. In: AVRITZER, L. (org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo horizonte: Del Rey, 1994.

ARATO, A. *Representação, Soberania Popular e Accountability. “Políticas de Control Ciudadano en América Latina”*. Buenos Aires Uni. Torquato di Tella, 2002.

AVRITZER, L. “Sociedade Civil: além da dicotomia Estado-mercado”. In: AVRITZER, L. (ORG). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BOBBIO, N. *Dicionário de Política*. 5º Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BORGES, A. Já não se fazem mais máquinas Políticas como antigamente: Competição Vertical e Mudança Eleitoral nos Estados Brasileiros. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v18, n. 35, p. 167-188, fev.2010.

CANEIRO, C. L.; COSTA, B. L. D. “Inovação institucional e accountability: o caso dos conselhos setoriais”. In: *CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACION PUBLICA*, Buenos Aires, Argentina, 2001. Anais... Buenos Aires: CLAD, 2001. Disponível em: [HTTP://www.clad.org](http://www.clad.org)

CUBAS, V. *Accountability e seus diferentes aspectos no controle da atividade policial no Brasil*. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* -Vol. 3, ABR./MAI./JUN.2010 – pp 75-99.

DAHL, R. *Participação e oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DAHL, R. *Sobre a democracia*. Brasília: Cortez, 2001

DANCEY, C. P. e REIDY, J. *Estatística sem matemática para psicologia*. 5ª Ed., Porto Alegre: Penso, 2013.

DURVEGER, M. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FEARON, J. D. “Electoral accountability and the control of politicians: selecting types versus sanctioning poor performance”. In: MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. (Org.). *Democracy, accountability and representation*. New York, 2000.

- HAGOPIAN, F. "Brazil and Chile". In: DIMOND, L.; MORLINO, L. (Orgs). *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, pp. 123-162, 2005.
- LIJPHART, A. *As Democracias Contemporâneas*. Lisboa, Gradiva, 1989.
- LIMONGI, F. CORTEZ, R. As Eleições de 2010 e o Quadro Partidário. *Novos Estudos – CEBRAP*, 88, Nov, p. 21-37, 2010.
- MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. Eleições e Representação. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, 67: 105-138, 2006.
- MARAVALL, J. M. "Accountability and manipulation". In MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. (Org). *Democracy, accountability and representation*. Cambridge: Cambridge University, 1999, p.154-196.
- MELO, C. R. *Retirando as Cadeiras de Lugar: Migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MICHAELIS. Dicionário prático Inglês-Português. São Paulo: Melhoramentos, 1988.
- MIGUEL, F. L. Impasses da Accountability: Dilemas e Alternativas da Representação. *Política. Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 25, p. 25-38, Nov.2005.
- NICOLAU, J. SCHMITT A. R. *O sistema partidário brasileiro (1985-94): um estudo sobre as razões da fragmentação*, Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1995.
- NICOLAU, M. J. Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 2, p. 219-236, 2002.
- O' DONNELL, G. Accountability horizontal e novas Poliarquias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, CEDEC, n.44, p.27-103, 1998.
- O'DONNELL, G. "Why the Rule of Law Matters". In DIAMOND, L and MORLINO, L (orgs). *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1995, pp. 3-17.
- OLSON, M. *The Logic of Collective Action (public goods and the theory of groups)*. Cambridge (Ma.), Harvard University Press, 1965.
- PINHO, G. A. J., SACRAMENTO, S. R. A. Accountability já podemos traduzi-la para o português? *RAP-Rio de Janeiro*, 43(6):1346-1368, NOV./DEZ. 2009.
- ROMA, C. Os Efeitos da Migração Interpartidária na Conduta Parlamentar. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 351-392, 2007.
- TRIOLA, M. F. *Introdução à Estatística*. 10ª Ed. São Paulo: Editora LTC, 2008.

VIEIRA, B. J. Estado Sociedade Civil e Accountability, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.26, n. 1, p. 605-626, jun.2005

YOUNG, I. M. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University, 2000.

SITES VISITADOS:

<http://www.prgo.mpf.mp.br/>

[www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br)

<http://g1.globo.com/index.htm>

<http://congressoemfoco.uol.com.br/>



## ANEXOS

Gráfico 1. Média de votos (2002) x Migrante (IC 95%)

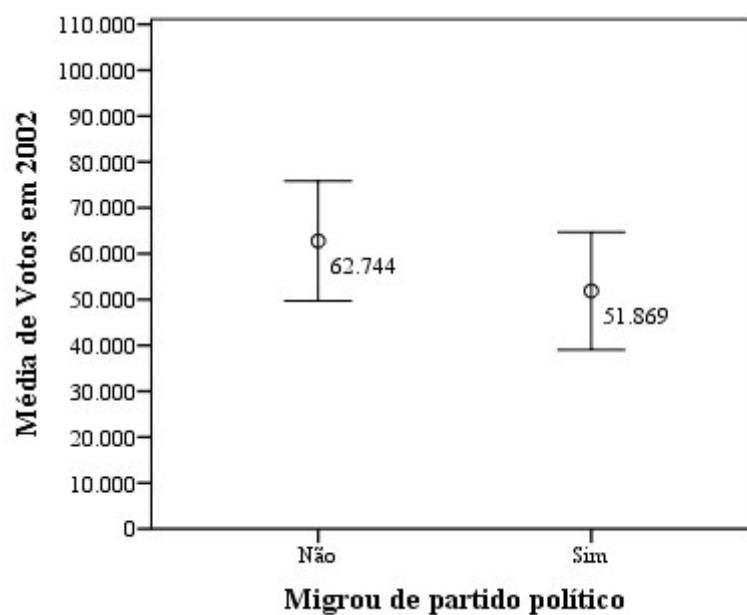
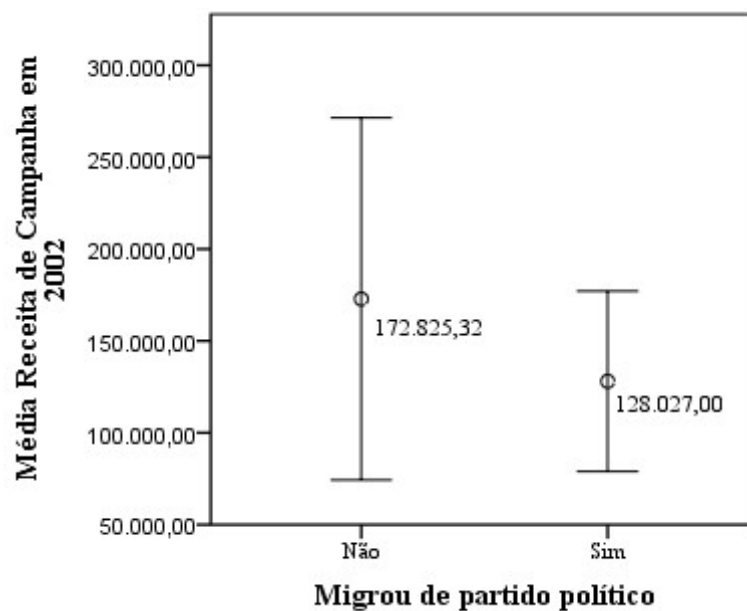
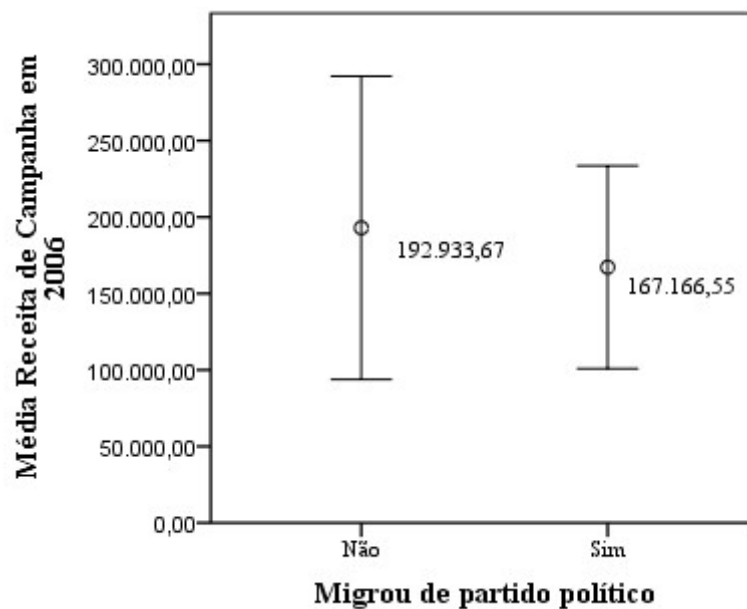
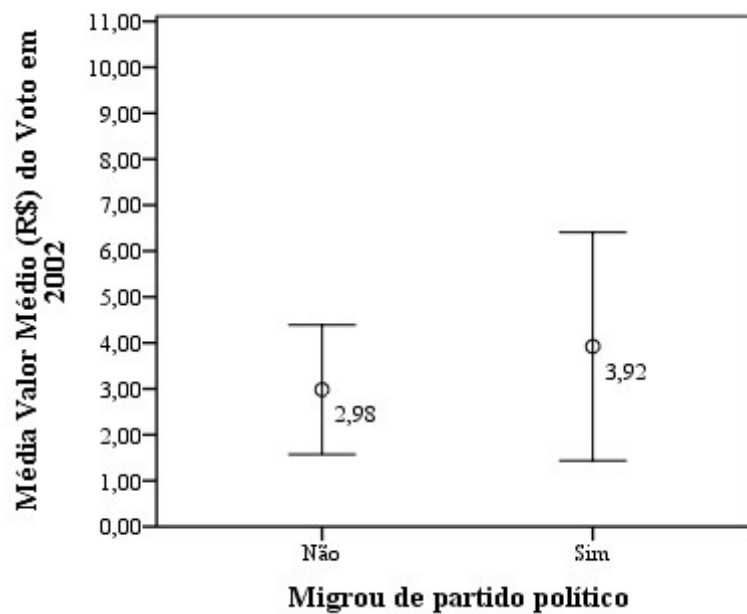
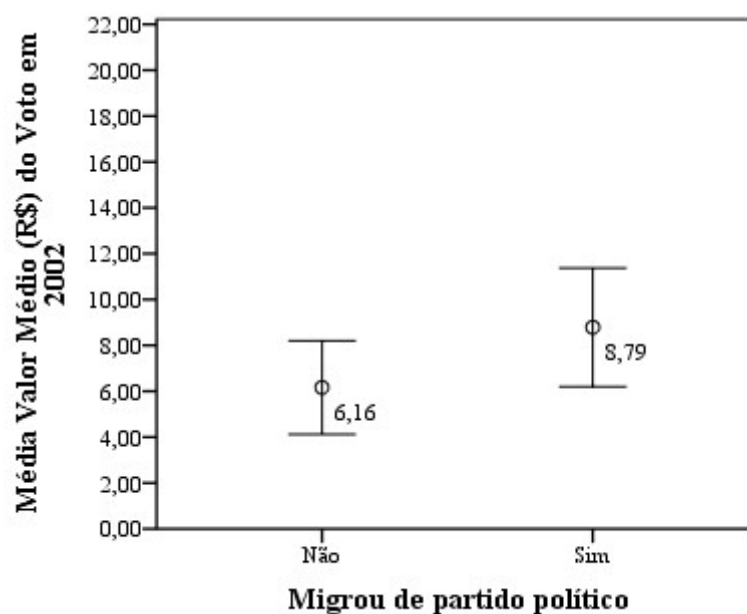


Gráfico 2. Média da Receita de Campanha 2002 Migrante (IC 95%)

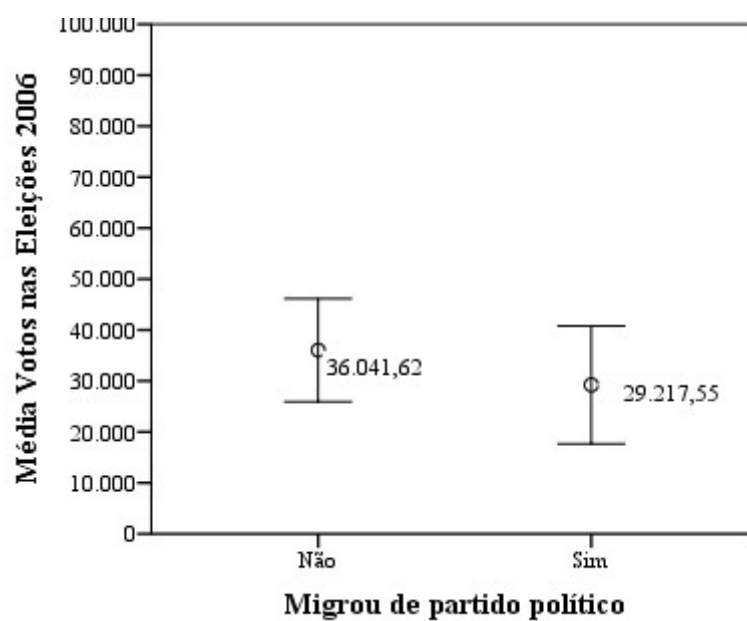


**Gráfico 3. Média da Receita de Campanha 2006 Migrante (IC 95%)****Gráfico 4. Média do valor médio do voto 2002 Migrante (IC 95%)**

**Gráfico 5. Média do valor médio do voto 2006 Migrante (IC 95%)**

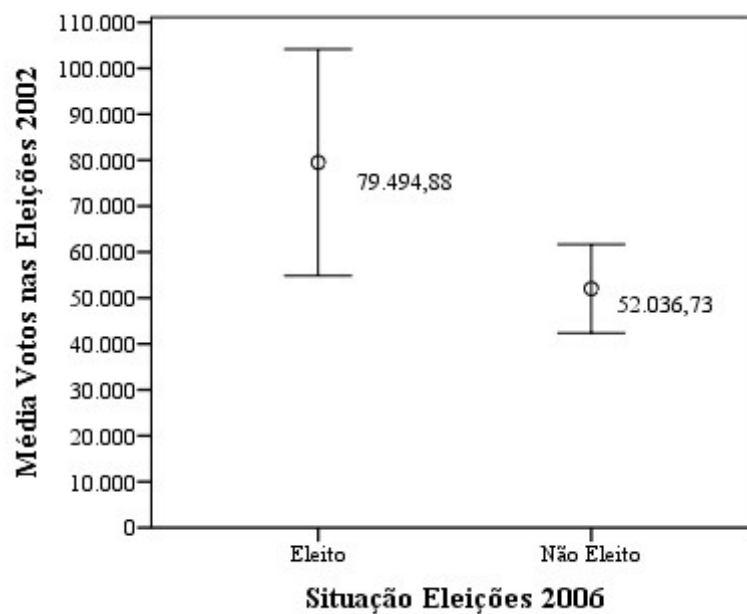


**Gráfico 6. Média de votos (2006) x Migrante (dummy) (IC 95%)**

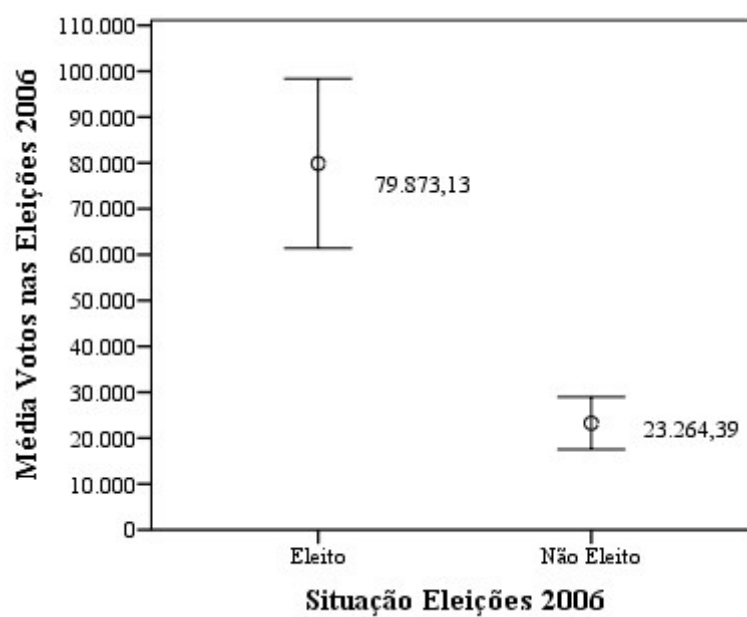


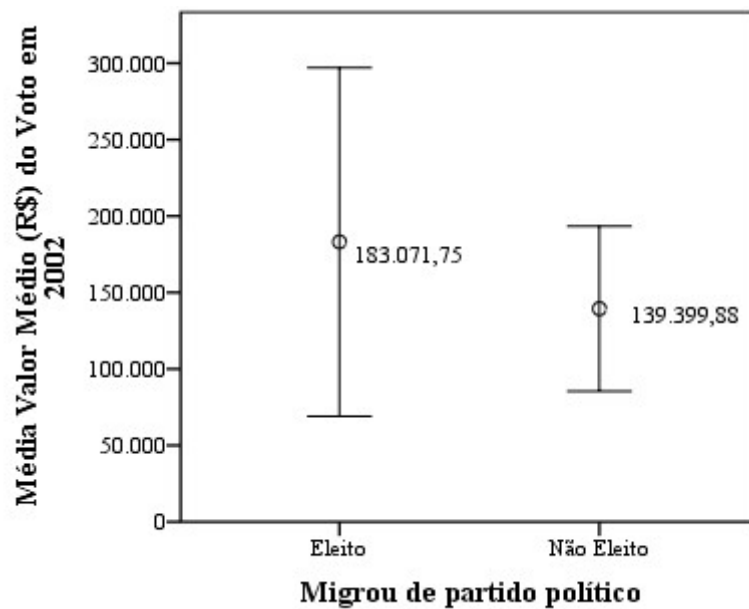
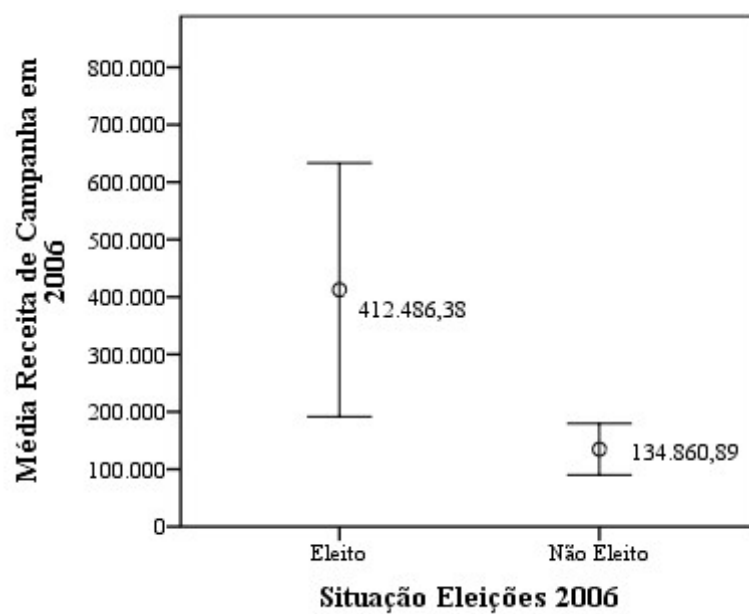
#### 4.3–Sanguessugas eleitos e não eleitos

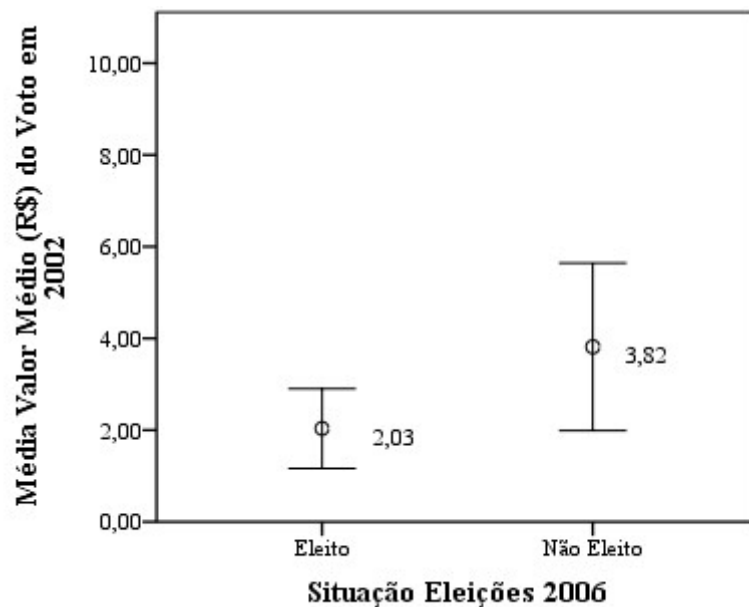
**Gráfico 7. Média de Votos 2002 x Situação (IC 95%)**



**Gráfico 8. Média de Votos 2006 x Situação (IC 95%)**



**Gráfico 9. Média de Receita de Campanha 2002 x Situação (IC 95%)****Gráfico 10. Média de Receita de Campanha 2006 x Situação (IC 95%)**

**Gráfico 11. Média de Valor Médio do Voto 2002 x Situação (IC 95%)****Gráfico 12. Média de Valor Médio do Voto 2006 x Situação (IC 95%)**